

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**O JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO” ENQUANTO
DOCUMENTO HISTÓRICO NO PERÍODO DE 1963 E 1964: COM
ENFOQUE NAS CARICATURAS.**

RÚBIA APARECIDA DE CASTRO

S. 9 (C)
História - imprensa - cultura
4043

**O JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO” ENQUANTO
DOCUMENTO HISTÓRICO NO PERÍODO DE 1963 E 1964: COM
ENFOQUE NAS CARICATURAS.**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof^o. Dr. Alcides Freire Ramos.

Uberlândia, Janeiro de 2010.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

CASTRO, Rúbia Aparecida de, 1984 –

O jornal “O Estado de São Paulo” enquanto documento histórico no período de 1963 e 1964: com enfoque nas caricaturas./ Uberlândia-MG/ Rúbia Aparecida de Castro – 2010.

49 fl.

Orientador: RAMOS, Alcides Freire.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

1. História. 2. Imprensa. 3. Caricatura. I. Ramos, Alcides Freire. II. Universidade Federal de Uberlândia. Curso de Graduação em História. III. Título.

Dissertação defendida e aprovada, em 14 de janeiro de 2010, pela banca examinadora:

Prof. Dr. Alcides Freire Ramos. (Orientador) –UFU.

Prof. Julierme S. Morais Souza – UFU.

Prof.^a Talitta T. Martins Freitas – UFU.

DEDICATÓRIA

A Deus.
A meus pais.
A Wesley.
E a meu filho, Francisco José.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pela força que me deu e tem me dado, não deixando que eu desista dos meus objetivos quando as dificuldades aparecem;

A meus pais, pela força, pelo incentivo, por terem cuidado do meu filho com tanto amor para que eu terminasse esta Monografia;

A meu Professor Alcides, meu orientador;

A meu marido Wesley, pela força que me deu, pela compreensão, por ter acreditado que eu conseguiria até mesmo quando eu não acreditava;

A meu filho Francisco José, que mesmo sem entender me ajudou não chorando quando eu não podia dar atenção ou ficar com ele. Ele foi e é a motivação da minha vida;

A Ester, por ter me incentivado, e por também ter cuidado do meu filho com amor;

A Maria das Dores minha companheira de trabalho, que além das suas atividades fez as minhas para que eu conseguisse terminar de digitar o trabalho a tempo;

A Ivanilde, minha companheira de graduação que ao longo do curso dividiu comigo as alegrias, as dúvidas, as tristezas, e que hoje posso dizer é uma grande amiga;

E a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu conseguisse cumprir mais essa etapa da minha vida.

De todos os círculos, de todos os esplendores do espírito humano, o mais largo é a imprensa; seu diâmetro é o próprio diâmetro da civilização. Nada resiste à imprensa. A imprensa é a força? Por que? Porque é inteligência. É o charme, toca a alvorada, anuncia em voz alta o reinado do direito, não conta com a noite senão para, ao fim dela, saudar a aurora e iluminar o mundo. Sem a imprensa tudo é noite profunda.

Victor Hugo

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a relação entre história e imprensa. Focando na utilização da caricatura pelo jornal “O Estado de São Paulo” no período de 1963 e 1964. O principal objetivo desta pesquisa é discutir as contribuições que o jornal “O Estado de São Paulo” e as caricaturas por ele publicadas trouxeram para esse período. Para tanto será feito um percurso da história da imprensa e do uso da caricatura como recurso jornalístico, por meio de estudos bibliográficos. Superando os preconceitos quanto ao uso dos jornais como fontes de pesquisa para o historiador.

Palavras-chave: História, imprensa, jornal e caricatura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I	
O uso do jornal como documento histórico.....	11
1.1. Breve histórico da Imprensa Brasileira	11
1.2. História e Imprensa	18
1.3. História e Caricatura	21
CAPÍTULO II	
Breve histórico do jornal “O Estado de São Paulo” na Imprensa Brasileira	23
2.1. Jornal “O Estado de São Paulo”	23
2.2. O Estado Novo (1937 – 1945)	26
2.3. Período de 1963 e 1964	28
2.4. O jornal “O Estado de São Paulo” e o Golpe de 64	32
2.5. Cronologia do Golpe de 64	33
2.6. O Regime Militar	34
CAPÍTULO III	
Caricaturas publicadas pelo jornal “O Estado de São Paulo” durante o governo de João Goulart	37
3.1. João Goulart nas Caricaturas	37
3.2. Análise da Caricatura 1	39
3.3. Análise da Caricatura 2	40
3.4. Análise da Caricatura 3	42
3.5 Análise da Caricatura 4 e 5	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

O jornal é uma importante fonte de pesquisa histórica. Dependendo das análises que são feitas nos jornais, podem ser uma fonte importante para o historiador na busca de informações que vão desde acontecimentos históricos até a ideologia que eles expressam. Não importa o tamanho do anúncio, pois por menor que ele seja, é capaz de fornecer ao pesquisador dados que talvez nenhum outro documento poderia fornecer.

O jornal desempenha um papel singular na história, porque atua ao mesmo tempo de forma abrangente, tanto na esfera pública como na esfera privada. E tem uma forte influência política na formação dos cidadãos, pois não só divulga os acontecimentos, mas participa da história, divulgando textos diversificados com assuntos sociais, políticos e econômicos.

O tema desta pesquisa *O jornal “O Estado de São Paulo” enquanto documento histórico no período de 1963 e 1964: com enfoque nas caricaturas*, surgiu ao ler um texto que falava sobre o papel da imprensa na história do Brasil, e me chamou a atenção como o jornal “O Estado de São Paulo” utilizou de maneira criativa as caricaturas para divulgar seus textos políticos.

Das problemáticas que podemos levantar, destacamos o fato de o jornal “O Estado de São Paulo” ter apoiado e participado do movimento militar de 1964. Que interesses políticos econômicos e sociais estavam envolvidos?

Nenhum órgão de imprensa pode ser considerado neutro em relação a qualquer tema. “A atuação política do jornal ‘O Estado de São Paulo’ se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cujas as bases se prendiam ao corpo de ideias que compõem a doutrina liberal e a experiência prática de outros países”¹.

Diante disso é fundamental discutir as contribuições que o jornal “O Estado de São Paulo” trouxe neste período. No caso mais específico, observar os usos das expressões gráficas em forma de caricaturas como fonte de pesquisas. Construir uma narrativa histórica sobre os processos políticos que motivaram o emprego deste tipo de texto. Perceber se a utilização delas era meramente uma forma de ataque político ou simplesmente humor.

¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.23.

A metodologia será fundamentada em autores que escrevem sobre o tema como: 10
Maria Lígia Prado², Maria Helena Rolim Capelato³, Rodrigo Patto Sá Motta⁴, Caio Navarro de Toledo⁵ e Nelson Werneck Sodré⁶.

Para melhor compreensão, a pesquisa será dividida em três capítulos. No primeiro faremos um breve histórico da imprensa no Brasil, e trataremos da importância da imprensa e da caricatura como documento histórico. O segundo capítulo tratará da história do jornal “O Estado de São Paulo”. O terceiro e último capítulo trará a análise de cinco caricaturas escolhidos no jornal “O Estado de São Paulo”, no período de 1963 e 1964. Nas considerações finais será feita uma reflexão sobre o processo de construção da pesquisa e dos resultados obtidos.

² CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

USO DO JORNAL COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

1.1 – Breve Histórico da Imprensa Brasileira

A imprensa no Brasil surgiu tardiamente, porque as condições impostas pela Coroa Portuguesa constituíram obstáculos mais poderosos para o seu advento. Condições coloniais adversas como, “o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa”.⁷

Quando surgiram as iniciativas isoladas, no século XVIII, o papel das autoridades coloniais foi importante. A primeira tentativa da instalação da imprensa no Brasil ocorreu em 1706, “o governador Francisco de Castro Morais instalou-se no Recife pequena tipografia para a impressão de letras de câmbio e orações devotas. A Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano, entretanto, liquidou a tentativa”.⁸

De acordo com Nelson Werneck Sodré, a outra tentativa ocorreu no Rio de Janeiro em 1776,

“recebeu, como a anterior, o bafejo da autoridade local, o governador Gomes Freire. Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, transferiu-se à colônia, trazendo na bagagem o material tipográfico com que montou no Rio pequena oficina. Chegou a pô-la em atividade, pois imprimiu alguns trabalhos, entre os quais se destaca a ‘Relação da Entrada’ do bispo Antônio do Desterro, redigida por Luís Antônio Rosado da Cunha, com dezessete páginas de texto. Moreira de Azevedo conta, nos seus ‘Apontamentos Históricos’, que a metrópole agiu rapidamente para liquidar a oficina. Mandou a Corte aboli-la e queimá-la, para não propagar idéias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado”.⁹

Finalmente a imprensa surge no Brasil com a vinda da Família Real. Segundo Capelato,

“a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, agitou a sociedade e dentre as várias modificações ocorridas nessa época, apontamos a criação da Imprensa

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.16.

⁸ *Ibidem*, p. 17.

⁹ *Ibidem*.

Com a fuga da Família Real de Portugal, para escapar do exército de Napoleão Bonaparte, o navio Medusa trouxe material tipográfico que acabou sendo utilizado na implantação da imprensa no Brasil. Assim trezentos e oito anos depois da descoberta do Brasil, em 31 de maio de 1808, D. João VI oficializa a imprensa com a criação da Imprensa Régia.

O jornal oficial da Coroa foi fundado em 10 de setembro de 1808, com o nome de “Gazeta do Rio de Janeiro”, não falava da Democracia, nem fazia críticas ao governo português. Nada podia ser impresso contra a religião, governo ou bons costumes. Por este motivo, nada nele constituía atrativo para o público, mas isso não era a preocupação dos que o faziam, como também dos que o criavam. Sodré situou bem o que era a “Gazeta do Rio de Janeiro”,

“por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante”.¹¹

Apesar da “Gazeta do Rio de Janeiro” ser o jornal oficial da Coroa, só era publicada depois que os textos eram lidos pelos condes Linhares e Galveias que pertenciam à Junta Censória da Coroa. Desta forma, as notícias sempre deixavam claro que, no Brasil, se vivia um verdadeiro paraíso onde ninguém expressava queixas. A “Gazeta do Rio de Janeiro” terminou em 1822, com a Proclamação da Independência.

Se uma das principais marcas da imprensa brasileira foi a censura, que começou com a Imprensa Régia, em 1808, a resistência também ficou registrada na história desde o Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa. Nessa mesma linha está a imprensa anarquista do princípio do século XX, a resistência contra o Departamento de Imprensa – DIP –, durante o Estado Novo. Principalmente, a criatividade da grande imprensa, especialmente o jornal “O Estado de São Paulo”, “Jornal da Tarde” e a revista “Veja”, após o golpe de 64.

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 38.

¹¹ Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.20.

A luta pela independência colocou em campos opostos a imprensa oficial ou 13
oficiosa e a de oposição. Esta última caracterizou-se pela linguagem enérgica e violenta.

“Em 1821, surgiu o ‘Reverbéro Constitucional Fluminense’, escrito por dois brasileiros amigos da nação e da Pátria – Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Esse órgão doutrinário batalhou pela independência, opôs-se à volta de D. Pedro a Portugal e aos projetos de recolonização da Metrópole. Os proprietários deixaram de publicar o jornal em 1822, por considerarem seus objetivos atingidos. Isso não os livrou das perseguições que resultaram em deportação e exílio”.¹²

Outro periódico que se destacou neste período, foi “O Malagueta que surgiu em 1821, atingindo grande popularidade até 1822. O proprietário Luís Augusto May, defensor das causas brasileiras, foi vítima de perseguições e espancamentos”.¹³ Mostrando assim cada vez mais que o uso da força era marca da censura da imprensa nesta época.

No período da Regência, existiram também os pequenos jornais que representavam as reivindicações de grupos sócio-políticos. Esses periódicos foram denominados de os pasquins. Nesse contexto Sodré afirma que,

“a luta pela autonomia fez letra morta, por algum tempo, dos dispositivos legais, até que o golpe ministerial de outubro, menos de dois meses depois do Ipiranga, arrasou a imprensa de oposição. Formalmente, a censura só foi interrompida cinco anos depois, abolida pelo decreto de 28 de agosto de 1827; para encontrar jornais livres era preciso viver nas áreas rebeladas, como em Pernambuco de 1824. O ato de 1827 denunciava, por si só, o novo impulso da esquerda no processo da Independência, impulso que levaria ao Sete de Abril e à Regência”.¹⁴

Estes jornais agitaram a lutas políticas. Entretanto, a historiografia oficial os ignorou, uma vez que, ela se preocupou em “transmitir a impressão de que a Regência foi o caos”.¹⁵ A causa do aparecimento dos pasquins foi o clima agitado da época com a volta de D. Pedro a Portugal e a implantação das regências enquanto D. Pedro II não completava a maioridade.

Esses periódicos existiram e proliferaram até a metade do século XIX. Seus títulos exprimiam o grupo do qual eram porta-voz ou os seus propósitos de luta. Como por exemplo: “O Periódico dos Pobres” (Rio de Janeiro), “O Brado da Miséria”

¹² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 38-39.

¹³ *Ibidem*, p. 39.

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.84.

¹⁵ *Ibidem*, p. 84.

(Pernambuco), “A Voz do Povo” (Belém do Pará), “A Voz do Artista” (Goiás), “O Amigo do Escravo” (Rio de Janeiro), entre outros. 14

As dificuldades da imprensa também foram grandes em São Paulo. De tal sorte que o primeiro periódico paulista foi manuscrito:

“Antônio Mariano de Azevedo Marques, o Mestrinho, apresentava assim o problema, em junho ou julho de 1823: Como, desgrazadamente, não tem sido possível à província de São Paulo obter um prelo para se comunicarem e disseminarem as idéias úteis e as luzes tão necessárias a um país livre, para dirigir a opinião pública, cortando pela raiz os boatos que os malévolos não cessam de espalhar para conseguir seus fins ocultos”.¹⁶

Assim, então surgiu em São Paulo o primeiro jornal manuscrito com o nome de “O Paulista”. Já o primeiro jornal impresso de São Paulo apareceu somente em 7 de fevereiro de 1827, com o nome de “O Farol Paulistano”, dirigido por José da Costa Carvalho. “Era um jornal liberal que contava com a colaboração de Antônio Mariano de Azevedo Marques, Odorico Mendes e Vergueiro. Costa Carvalho seria responsável ainda pela vinda para São Paulo de um jornalista que as lutas do tempo celebrizariam e sacrificariam: Libero Badaró”.¹⁷

Além desses jornais de luta política e social há registros de periódicos de frivolidades, com conteúdo mais ameno ou de literatura. Antes dos jornais brasileiros se voltarem para o campo político, eles tiveram um papel de destaque na divulgação da literatura. Mostrando que há uma diversificação cultural no periodismo. Tal diversificação acompanha o surgimento das academias de direito e a evolução das artes gráficas com o surgimento das primeiras publicações ilustradas. “Havia uma relação estreita dos livros com os jornais periódicos, até porque ambos podem ser definidos como imprensa”¹⁸.

Em Porto Alegre, foram encontrados cinco jornais humorísticos do século XIX, cabe mencionar também “O Espelho Diamantino” jornal feminino publicado de 1826 à 1827, o “Jornal das Senhoras” de 1852 e o “Jornal das Famílias” (revista que circulou

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.87.

¹⁷ *Ibidem*, p.87.

¹⁸ MARTINS, Ana Luíza, DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 37.

de 1863 a 1878). O uso dessa imprensa permite “compreender os padrões de comportamento e moral da época”¹⁹. 15

Neste contexto, Capelato afirma que

“os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. Com isto não que dizer que a opinião só se expressa nesses espaços, ela também se manifesta no noticiário e até mesmo na forma pela qual o periódico se apresenta”.²⁰

A análise desses diferentes estilos de jornais oferece ao historiador um vasto material para o estudo da vida cotidiana da sociedade brasileira.

“Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer às colunas sociais, aos ‘faits divers’, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento”.²¹

Apesar de o jornal ter “certidão de nascimento lavrada em 1808”²², foi somente no final do século XIX, que começou a apresentar uma riqueza de conteúdo considerável. “Nestes jornais, talentosos escritores desfilam com textos que se inserem nos vários campos, indo da poesia, teatro, ficção, filosofia, história e naturalmente, no da imprensa”.²³

Ao descrever o contexto do período republicano, é bom lembrar o que Sodré ressalta,

“os acontecimentos de novembro de 1889 trouxeram ao Brasil, como correspondente de jornal parisiense, a Mas Leclerc que teve a oportunidade de traçar o quadro da imprensa brasileira daquela fase, com algumas observações exatas e agudas: A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido no governo paterno e anárquico de D. Pedro II”.²⁴

Muitas transformações marcaram a segunda metade do século XIX. Começaram a aparecer os jornais republicanos. O primeiro foi “O Apóstolo” (1849) de Minas

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 33.

²⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 34.

²¹ *Ibidem*, p. 34.

²² MARTINS, Ana Luíza, DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 8.

²³ SOUZA, Eliezer Felix de. *A Imprensa como fontes para pesquisa em História e Educação*. Artigo publicado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.252.

Gerais, depois vieram “O jornal do Comércio”, o “Correio Paulistano”, “Diário Republicano” e muitos outros que se transformaram em arautos de uma nova era. Houve também mudanças nas temáticas dos jornais dessa época. 16

Como afirma Martins e De Luca,

“já no final do século XIX, incrementado, sobretudo, pelos ideais republicanos, as temáticas da imprensa giram em torno de temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada questão religiosa); a insatisfação dos militares para o Império (a chamada questão militar e a campanha da abolição)”.²⁵

Após a Proclamação da República o jornalismo brasileiro,

“se transformaria em imprensa republicana, agente do projeto civilizador, secularmente acalentado. Nela, estamparam-se à exaustão as idéias e imagens do progresso pretendidas pela nova ordem. Ao lado da política, a urbanização foi um dos seus grandes temas, veiculada pela festejada modernização do aparelhamento jornalístico, com novas oportunidades tecnológicas para a produção e reprodução do texto e da imagem, em que desdobrou a estética literária parnasiana emoldurada por guirlandas art-nouveaux. Conglomerados jornalísticos consolidaram-se naqueles anos eufóricos, introduzindo novas relações no mercado do impresso. O debate político, a veiculação do quadro econômico e a exaltação das transformações urbanas foram conduzidas pela propaganda e pela publicidade, que se profissionalizavam, a serviço de grupos estrangeiros e dos primeiros governos republicanos... frase de ordem: o Brasil civiliza-se²⁶”.

O período que antecedeu a Proclamação da República tornou-se um evento de comoção nacional. Inúmeros festejos se espalharam por todo o país. Os periódicos noticiavam a data de confraternização e liberdade dos negros. Assim noticiou o evento o jornal “Correio Paulistano”:

“Acaba o país de presenciar a maior revolução social e econômica que dão notícias os anais da história pátria. E essa revolução, ai invés do que se deu na antiguidade, e nos tempos modernos, consumou-se sem derramar uma gota de sangue, sem uma lágrima de dor. As lágrimas que correram foram lágrimas de benção e redenção, a orvalharem a mão augusta que acaba de abrir, de par em par, as portas da posterioridade, ao lavrar o decreto que declara que no Brasil só há homens livres e iguais”.²⁷

Isso se referia a abolição da escravidão no Brasil. Pois o conflito entre escravagistas e abolicionistas também desaparece com essa grande festa.

²⁵ MARTINS, Ana Luíza, DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 73.

²⁶ *Ibidem*, p. 79-80.

²⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 41.

Entretanto, a imprensa partidária, continuou a criticar o governo, pois a obra não estava acabada. Só iria se completar com a autonomia do cidadão. Tendo assim, a imprensa, papel fundamental no processo da Proclamação da República. Criticando o Império em todas as partes, até mesmo nas pequenas cidades, o Regime Monárquico era atacado sem nenhuma complacência. 17

Feita a Proclamação da República, coube a imprensa o papel de conscientizar o povo de que não se tratava de uma ditadura militar. “O jornal “O Estado de São Paulo”, que havia mudado de nome em 18 de novembro de 1889, informou que nesse governo composto por oito membros, apenas três eram militares, sendo mais republicanos do que militares”.²⁸

Depois dos festejos pela República, as lutas políticas se renovam e se agravam tumultuando o governo de Deodoro. A imprensa se diversificava, principalmente em São Paulo. “A 2 de julho de 1893, aparecia “Fanfulla” semanário domingueiro, dirigido por Vitalino Rotellini, depois transformado em diário, órgão italiano; a 2 de junho de 1897, aparecia a “Deutscher Zeitung”, semanário dirigido por W. Lehfeld, transformando em diário, a partir de 1º de junho de 1900, já dirigido por Rodolfo Troppmair, órgão da colônia alemã”.²⁹

Como afirma Sodré,

“a grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na velha República oligárquica. O tema político neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferente da linguagem literária”.³⁰

1.2 – História e Imprensa

O jornal desempenha papel singular na História, pois atua ao mesmo tempo na esfera pública como na privada. Ele é um documento que oferece inúmeras possibilidades de pesquisa aos historiadores, é uma importante fonte de informação

²⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 43.

²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 265.

³⁰ *Ibidem*, p. 323.

histórica. “Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos”.³¹ 18

Entretanto, nem sempre foi assim. Até a década de 70 eram raros os trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte de documento. “A historiografia do século XIX tinha como pressuposto a busca pela verdade. Assim os jornais estariam fora de qualquer possibilidade de servirem como fonte de pesquisa para a história”.³²

Nesse contexto, De Luca cita Capelato ao dizer que, “os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação”.³³

A passagem do século XIX para o século XX assinalou a transição da pequena à grande imprensa nos principais centros urbanos brasileiros. “A consolidação da imprensa era sinônimo da confirmação do desenvolvimento da instrumentalização da democracia, do culto à liberdade de expressão”.³⁴

Nesta perspectiva, como uma importante fonte de informação histórica, o jornal permite ao historiador compreender a sociedade, seus usos e costumes, e suas questões políticas e econômicas. Ele oferece amplas possibilidades ao historiador para “captar as transformações dos homens no tempo”³⁵, já que “a vida cotidiana nele registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos”³⁶.

Até a primeira metade do século XX, os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas com relação ao documento jornal: “o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”.³⁷ As duas

³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 13.

³² DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112.

³³ *Ibidem*, p. 118.

³⁴ SOUZA, Eliezer Felix de. *A Imprensa como fontes para pesquisa em História e Educação*. Artigo publicado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

³⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 20.

³⁶ *Ibidem*, p. 20.

³⁷ *Ibidem*, p. 21.

posturas são contestáveis. O jornal não é transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível por ser permeada pela subjetividade. 19

Entretanto, até meados do século XX, era praticamente impossível segundo os limites impostos à tradição historiográfica – História Tradicional –, o jornal ser visto como uma importante fonte documental. A História Tradicional tinha como pressuposto a busca da verdade, então, para realizar esta tarefa o historiador “deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas do seu próprio tempo”³⁸.

Por isso, Capelato nos dá rica informação ao dizer que,

“a historiografia tradicional de cunho positivista entende a história como ciência equivalente às que estudam os fenômenos da natureza. Nessa perspectiva exige-se do historiador rigorosa crítica aos documentos, o que implica, acima de tudo, verificar se ele é falso ou verdadeiro; a autenticidade da fonte é o critério básico”.³⁹

Portanto, por muito tempo, o jornal continuou sendo tratado como um documento de pouco valor histórico por não corresponder às exigências e aos critérios científicos positivistas.

Foi somente com a renovação temática que surgiu com a Nova História, que

“os historiadores incluíram em suas pautas de pesquisas um sem número de novas fontes e já se acostumaram a tratar das ‘falsificações’ e das ‘mentiras’ com outro olhar, incorporando as teorias do social que remetem à ideologia e as teorias do ser psíquico que reportam ao inconsciente, tais preocupações podem parecer obsoletas. Mas, não se pode esquecer que a história se faz com fontes e que a natureza diversificada das fontes impõe uma nova variedade de métodos de análise que incorporam muitas das técnicas tradicionais e lançaram outras tantas novas”.⁴⁰

Com a Nova História a visão depreciativa que se tinha em relação aos jornais passou a ser questionada. O jornal passou a ser “reconhecido como um material de pesquisa valioso para o estudo de uma época”.⁴¹

³⁸ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.112.

³⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 23.

⁴⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. Pesquisa e ensino. In: *Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 99.

⁴¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 13.

O jornal desenvolve um papel fundamental na formação de opiniões, expressa os projetos político-ideológicos da elite para o país. Ele procura sedimentar tais idéias dentro da sociedade, transformando seus interesses em interesses gerais criando uma ideologia própria, utilizando os mais diversos meios para isso, dos diretos aos indiretos. “Através do jornal se trava uma constante batalha pela conquista de corações e mentes”.⁴²

A imprensa não só registra e comenta um dado acontecimento, como também participa da história. Por ter força política, e contribuir para a formação de opinião pública, a imprensa é vigiada, temida e controlada pelos governantes.

Neste contexto, percebe-se que o jornal constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. A partir do momento em que o jornal passou a ser visto pelos historiadores como instrumento de manipulação, estes passaram a vê-lo como um agente da História.

Mediante isso, Capelato ressalta que,

“os jornais, se analisados corretamente, permanecem uma das fontes primárias mais ricas tanto para informação sobre os acontecimentos históricos e ideologia, como também para assuntos sociais e econômicos. Mesmo um pequeno anúncio pode dar ao pesquisador um tipo de visão de uma situação que quase nenhum outro documento pode fornecer. Mas os jornais devem ser tratados com todo o cuidado que tais valiosas fontes merecem”.⁴³

1.3 – História e Caricatura

“A caricatura é um desenho de um personagem da vida real, tal como políticos e artistas. Ela enfatiza e exagera características de uma forma humorística”.⁴⁴ Apesar de trabalhar com desenhos que satirizam rostos, caracteriza cena ou fatos. No caso do jornalismo depois da palavra falada, foi sem dúvida a mais antiga expressão jornalística do mundo. Pois surgiu nos trabalhos talhados ou pintados nos muros das cavernas pré-históricas.

⁴² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 13.

⁴³ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 176.

⁴⁴ BELTRÃO, Luiz. Inicialização à filosofia do jornalismo. In: BELTRÃO, Luiz. *A Ilustração e Caricatura*. Rio de Janeiro: Agir, 1960, p. 25.

“Se alguns documentos arqueológicos apresentam desenhos humorísticos, caricaturas ou artísticas representações da flora, da fauna e dos homens, a maior deles por exemplo, no Egito, tinha um significado político bem perceptível ou eram simplesmente cenas críticas e joviais dos costumes do tempo”.⁴⁵

21

O discurso jornalístico é pluralista, pois permite uma interlocução diferenciada. Por isso, o uso da caricatura torna-se um elemento a mais nesse discurso. “Ao ler o texto caricaturado, geralmente o leitor corre os olhos pela primeira página do jornal e sabe em relação a que colocar a opinião e crítica passadas pela caricatura”.⁴⁶

Neste sentido, como afirma Ribeiro e Cordeiro,

“a caricatura possui um atributo fundamental para aceitação e compreensão pelo homem que é sua linguagem plástica, visual, mais facilmente percebida que a linguagem escrita. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, ser a caricatura uma linguagem universalmente entendida, em um contexto específico de uma dada sociedade”.⁴⁷

“Com a ‘revolução documental’ das últimas décadas e, com o alargamento do conceito que o termo ‘documento’ passou a ter”⁴⁸, a imagem começou a ser tratada de forma diferenciada. “Não há história sem documentos. Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.⁴⁹

Após a “revolução documental”, as imagens passaram a ser vistas como documentos insubstituíveis, cujo seu potencial deve ser explorado. Segundo Paiva, “a partir da segunda metade do século XX, o mundo começou a viver um período inédito. Nunca se havia convivido tão intensamente e de maneira tão dependente com as imagens”.⁵⁰ A caricatura passou a ser vista como uma importante fonte de pesquisa histórica, uma vez que “por meio de sua força, muitas vezes chega a suplantar o poder das palavras, transformando-se em uma arma de persuasão, criadora de uma modelo de

⁴⁵ BELTRÃO, Luiz. Inicialização à filosofia do jornalismo. In: BELTRÃO, Luiz. *A Ilustração e Caricatura*. Rio de Janeiro: Agir, 1960, p. 44.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 44.

⁴⁷ RIBEIRO, Rita de Cássia Souza; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. *A Caricatura na perspectiva da representação documental*. Artigo, 2007.

⁴⁸ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 31.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 31.

⁵⁰ PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 101.

Neste contexto, a caricatura é mais do que uma simples imagem cômica, ela é um “documento não textual, uma imagem-documento, portanto, plena de informações”.⁵² E ela, como todos os documentos, objetos produzido pelo homem, tem atrás de si uma história.

A caricatura está ligada ao tempo presente, nela se registra a vida cotidiana, o caricaturista utiliza os acontecimentos diários como fonte de inspiração. Por este motivo, o seu estudo pode revelar ao historiador “o ‘modus vivendi’ de uma sociedade em um determinado momento da História – a organização de cidades, as relações sociais, hábitos alimentares e as formas de vestir, morar e trabalhar”.⁵³

⁵¹ UEÓCKA, Lorayne Garcia. A força das imagens na Campanha Civilista: representações em fotografia e caricaturas. In: *Revista Científica da Universidade do Oeste Paulista*. São Paulo: Unoeste, n.1, 2003, p. 64.

⁵² RIBEIRO, Rita de Cássia Souza; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. *A Caricatura na perspectiva da representação documental*. Artigo, 2007.

⁵³ UEÓCKA, Lorayne Garcia. A força das imagens na Campanha Civilista: representações em fotografia e caricaturas. In: *Revista Científica da Universidade do Oeste Paulista*. São Paulo: Unoeste, n.1, 2003, p. 64.

BREVE HISTÓRICO DO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO” NA IMPRENSA BRASILEIRA.

2.1 – Jornal “O Estado de São Paulo”

O jornal “O Estado de São Paulo” foi fundado em 1875, com o nome “Província de São Paulo”, por um grupo liderado por Américo Brasiliense de Almeida Mello e Manuel Ferraz de Campos Sales. Os responsáveis pela redação do jornal eram Francisco Rangel Pestana e Américo Brasil de Campos.

Desde a sua fundação, a “Província de São Paulo” defendeu os interesses da elite agrária, combatendo a centralização política e administrativa imposta pelo poder moderador ao longo do Império.

“A ‘Província de São Paulo’ cresceu como defensor das idéias republicanas sem, no entanto, admitir sua transformação em porta-voz oficial do partido nascente. Júlio de Mesquita entra para o jornal em 1885, batalhando pelas idéias republicanas e abolicionistas; assume a direção política do jornal, pela primeira vez, em 1891, com a eleição de Rangel Pestana para o Senado”⁵⁴.

Em janeiro de 1890, um mês após a queda da Monarquia e instituição da República no Brasil, alterou-se o nome do jornal para “O Estado de São Paulo”. Júlio de Mesquita se destacou na direção do jornal até chegar a direção geral. Fez coexistir no “O Estado de São Paulo” o jornalismo e a política, defensor ardoroso da Campanha Civilista em 1919, instituiu Rui Barbosa como modelo político do Brasil. Se o objetivo principal do jornal era se inserir na política, então já o havia conquistado.

Segundo Roberto Aldo Salone, escritor da biografia de Júlio de Mesquita Filho, o jornal apoiou a Campanha Civilista, pois via “o perigo de estarmos submetidos a um partido único, como eram o Partido Republicano Paulista (PRP) e seus homólogos

⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 20.

estaduais. Ele se bate pela reforma das instituições, tanto na Campanha Civilista como na Liga Nacionalista, que pugnava pelo voto secreto, já desde 1910”.⁵⁵

24

Júlio Mesquita, em 1926, colaborou para a formação do Partido Democrático em São Paulo, mas não aceitou, “ainda desta vez, a eleição do jornal como órgão oficial do partido”.⁵⁶

Com a morte de Júlio de Mesquita em 1927, seu filho Júlio de Mesquita Filho assumiu a direção do jornal, a frente da redação definindo a sua linha editorial, entre 1927 a 1969. “Nesse período, ‘O Estado de São Paulo’ se consolidou como empresa jornalística, tornando-se o mais importante veículo de mídia impressa na América Latina e conquistando respeito internacional”.⁵⁷ Seguindo os ideais de seu pai, Júlio de Mesquita Filho foi considerado conspirador em 1930 e articulador do levante paulista de 1932.

Com relação ao Brasil, no final da década de 20, sua situação política não era das melhores. O domínio cafeeiro era cada vez mais contestado, abalando a estrutura política da República Velha. “As dissidências no interior da oligarquia se acentuaram com a crise econômica, de âmbito mundial, desencadeada com a queda da Bolsa de Valores, em 1929”.⁵⁸

Seguindo as regras da política café com leite, o mineiro Antônio Carlos de Andrade deveria ser indicado para a sucessão do paulista Washington Luís. No entanto, o presidente indicou outro paulista, Júlio Prestes. Fato que “provocou a cisão na tradicional aliança São Paulo-Minas”.⁵⁹ Como o candidato mineiro Antônio Carlos não encontrava base para sustentação de sua candidatura, entrou em acordo com os políticos do Rio Grande do Sul e apoiou a indicação de Getúlio Vargas à sucessão presidencial.

Em decorrência desse acordo entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nasce a Aliança Liberal para fazer oposição ao candidato do governo. “A Aliança Liberal

⁵⁵ MAYRINK, José Maria. *Trajetória de um jornalista liberal, Júlio de Mesquita Filho*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/a-trajetoria-de-julio-de-mesquita-filho>. Acesso em: 10 de dez. 2009.

⁵⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 21.

⁵⁷ ARRUDA, Roldão. *Júlio de Mesquita Filho, um liberal movido pelo amor ao País*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/a-trajetoria-de-julio-de-mesquita-filho>. Acesso em: 19 de dez. 2009.

⁵⁸ CAVANA, Daniel Dário. *A revolução de 1930 e a Era Vargas*. São Paulo: Silvana, 2000, p. 108.

⁵⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 35.

Segundo Capelato,

“a maioria dos integrantes da Aliança Liberal tinham como meta a reestruturação do poder político, o que deveria acarretar o fim da hegemonia paulista. Não obstante, o ‘O Estado de São Paulo’ apoiou o movimento e foi favorável à chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Inicialmente o jornal sustentara a idéia de que o PDN – partido que surgiu em 1928 defendendo, em âmbito nacional, as mesmas propostas do PD de São Paulo – deveria indicar, para a presidência da República, um candidato oriundo das próprias fileiras, porque este seria o verdadeiro representante das oposições. Ante a inviabilidade dessa proposição, deu apoio a chapa lançada pela Aliança Liberal”.⁶¹

O resultado das eleições foi favorável ao candidato do governo, Júlio Prestes. Mesmo após a derrota de Getúlio Vargas, o jornal não abandonou a luta, apoiou os vários movimentos revolucionários que eclodiram pelo país. E em 1930, apoiou a revolução, que ficou conhecida como Revolução de 30. Segundo os representantes do jornal, a Revolução de 30

“viria pôr fim aos abusos da política dominante, ao domínio das oligarquias responsáveis pela desmoralização dos costumes públicos e pela deturpação dos princípios democráticos, permitindo, simultaneamente, a volta ao poder das elites intelectuais que reintegrariam a política na órbita da justiça e da moralidade”.⁶²

Após a vitória da Revolução de 30 o governo foi entregue a Getúlio Vargas. Ao decorrer de seu governo o jornal “O Estado de São Paulo”, se decepcionou com o descumprimento de suas promessas iniciais. Assume então a rebelião pós 1930, pois pretendia concretizar seus ideais republicanos com outra revolução: a Revolução Constitucionalista de 1932. Foram derrotados, mas não desistiram de seus ideais, como afirma Capelato, “as elites paulistas perderam a guerra, mas nunca admitiram a derrota; continuaram lutando para a efetivação de seu projeto”.⁶³ Projeto este que era transformar o Brasil em “um país moderno, um país do progresso”.⁶⁴ Após a derrota da Revolução de 1932, Júlio de Mesquita Filho foi exilado pela primeira vez.

⁶⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 35.

⁶¹ *Ibidem*, p. 35

⁶² *Ibidem*, p. 39.

⁶³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 49.

⁶⁴ *Ibidem*.

Nas eleições à presidência da República de 1937, Júlio de Mesquita Filho lutou com empenho na candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira. Essa atitude contribuiu para a censura ao jornal a partir de então. Apesar da forte censura, a resistência estava em ação. Em dezembro de 1937, foi editado o “Jornal do Brasil”, redigido por Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte e impresso na gráfica do jornal “O Estado de São Paulo”, atacando Getúlio Vargas. Depois de vinte e uma edições a polícia conseguiu confiscá-lo e exilar Júlio de Mesquita Filho.

Salone afirma que,

“Getúlio foi o grande adversário de Júlio de Mesquita Filho. Ele combatia Getúlio porque considerava o getulismo muito mais deletério que o comunismo. E não só o Getúlio, mas todo o grupo que ele pôs no poder e toda a configuração política que teve tempo de formar depois de 1945. Para Júlio Filho, o varguismo institucionalizou a corrupção. Daí o combate não só à figura de Getúlio Vargas, mas também a seus seguidores, entre os quais João Goulart”.⁶⁵

2.2 – O Estado – Novo (1937-1945)

Imediatamente após o golpe de 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição que suspendia os direitos individuais, fortalecia o Poder Executivo, extinguiu a autonomia dos Estados, bem como os órgãos de representação política. Foram extintas as câmaras municipais, assembleias estaduais e o congresso.

A repressão a toda forma de oposição era implacável. A imprensa escrita e as emissoras de rádio passaram a ser submetidas à vigilância do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que cuidava da censura e da imagem do governo. “O DIP estimulava o trabalho, mostrando a figura do trabalhador como orgulhoso, forte e determinado”.⁶⁶

Foi durante o Estado Novo que o DIP, promoveu eventos públicos destinados a difundir as realizações do governo e criar um clima de comunhão coletiva: inaugurações, visitas a indústrias e obras caritativas, grandes eventos de massa comemorativas das datas nacionais, como: o aniversário de Getúlio Vargas em 1º de

⁶⁵ MAYRINK, José Maria. *Trajetória de um jornalista liberal, Júlio de Mesquita Filho*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/a-trajetoria-de-julio-de-mesquita-filho>. Acesso em: 10 de dez. de 2009.

⁶⁶ ALVES, Kátia Corrêa Peixoto. *Diálogos com a História*. Curitiba: Positivo, 2005, p.211.

Abril, o Dia do Trabalho em 1º de Maio, Semana da Raça e da Pátria (setembro), a 27
Revolução de trinta (3 de outubro) e o aniversário do Estado Novo (10 de novembro).

A imprensa, o cinema, o rádio foram bastante usados como instrumentos de controle e formação de opinião pública. O rádio, meio de comunicação de massa por excelência do período, foi usado insistentemente na propaganda e veiculação das idéias do regime. Data desse momento a criação da Hora do Brasil, que ia ao ar em todo o território Nacional das sete às oito da noite. A Rádio Nacional, após ser acampada pelo governo, também passou a proceder a difusão ideológica do regime.⁶⁷

Como já dissemos durante todo este período o jornal “O Estado de São Paulo” esteve censurado, por causa de sua participação liberal política. “Pois os periódicos paulistas inimigos de Vargas e contrários a centralização política, foram os mais veementes. Os liberais abriram mão das liberdades, em nome do direito de segurança para o exílio”.⁶⁸

Em dezembro de 1937, os partidos políticos foram suprimidos, assim como o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos. O integralismo era posto fora da lei. As decisões nacionalistas do Presidente e do Ministro da Justiça afetaram também as colônias estrangeiras: italiana, japonesa e alemã. Os diretores de jornais de língua alemã foram convidados a abandonar a propaganda hitlerista. As atitudes do governo levaram os integralistas a prepararem o golpe de maio de 1938.

O preparo contou também com a colaboração de alas liberais dissidentes e militares descontentes, Otávio Mangabeira, Júlio de Mesquita Filho, que em janeiro de 1938 foram presos por atividades subversivas. O grupo de Conspiradores, liderado pelo tenente Severo Fournier, planejou um ataque ao Palácio Guanabara na noite de 10 de maio de 1938. O plano não pode ser seguido à risca, pois os assaltos aos quartéis, ao Ministério da Marinha, a chefes políticos e generais, haviam fracassado antes de haverem começado, pelo pavor que se apoderou dos assaltantes.

⁶⁷ BERATO, Sônia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio – DA Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990, p. 48.

⁶⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 49.

Mas o ataque ao Palácio de Guanabara onde residia Getúlio Vargas foi levado a efeito com violência, embora com pouca decisão, pois não conseguiram superar a minguada resistência que lhe foi imposta. Plínio Salgado, refugiado numa fazenda do interior de São Paulo, foi expulso do país em 1939; Armando Sales e Júlio Mesquita Filho, diretores do jornal “O Estado de São Paulo”, democratas irrecuperáveis, foram obrigados a deixar o Brasil. Partiram para a França, onde denunciaram a ditadura brasileira.

Tudo isto gerou um apagão no jornal “O Estado de São Paulo” que ficou sem editar suas edições devido à censura. Em que foram ignorados todos os números publicados no período de 7 de abril 1940 a 6 de dezembro de 1945. Quando voltou aos seus donos começou a circular com o número 21.650, última edição antes de ser ocupado pela polícia. O jornal “O Estado de São Paulo” recusou publicar qualquer material enviado pelo DIP.

2.3 – Período de 1963 e 1964

“Entre o final dos anos 50 e o começo dos 60, o Brasil viveu uma fase de mudanças e de esperanças de renovação. Parecia que o país inteiro estava disposto a tomar consciência de sua situação. Os debates corriam soltos nas fábricas, escolas, nas ruas e mesas. O governo de Juscelino Kubitschek entusiasmava os brasileiros com as primeiras fábricas de automóveis do país e a construção de Brasília, a nova capital”.⁶⁹

No governo de Juscelino, o Brasil passou por uma grande fase de desenvolvimento. O Plano de Metas foi sua bandeira e o slogan do seu governo era: “Crescer 50 anos em cinco”. As principais realizações do seu governo foram:

“Construção da rodovia Belém-Brasília; criação do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística); criação do Conselho Nacional de Energia Nuclear; construção das hidrelétricas de Três Marias; criação do Ministério da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); fundação de Brasília”.⁷⁰

No início da década de 60, Jânio Quadros foi eleito presidente da República, o seu governo foi recebido pela direção do periódico com euforia. Algum tempo depois, os diretores do jornal que haviam comemorado a posse de Jânio Quadros, começaram a se inquietar com a sua política externa, que defendia a admissão da República Popular

⁶⁹ OLIVEIRA, Félix Mariano de. *O Brasil nas músicas de protesto da década de 60*. Monografia, UECE, 2000.

⁷⁰ BELLUCI, Boni. *História do Brasil*. São Paulo: FTD, 1980, p. 113.

da China na Organização das Nações Unidas (ONU), e reatava relações diplomáticas com a Romênia. Em março de 1961, “O Estado de São Paulo” passou para o lado dos setores oposicionistas. 29

A direção do jornal ficou surpresa com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Com a renúncia de Jânio Quadros, quem deveria assumir a Presidência da República era o seu vice João Goulart, mas por considerá-lo herdeiro político de Getúlio Vargas, o jornal “O Estado de São Paulo” não apoiou a sua posse, se opôs atuação política de Leonel Brizola e denunciou o significativo aumento da infiltração comunista no país. Além de tachar as propostas de base feitas pelo governo federal de demagógicas, o jornal organizou uma campanha contra a realização do plebiscito que decidiria a permanência ou não do regime parlamentarista no país.

Segundo Caio Navarro de Toledo,

“o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se, em agosto de 1961, o golpe militar pode ser conjurado, em abril de 1964, no entanto, ele deixaria de se constituir no fantasma – que rondou e perseguiu permanentemente o regime liberal democrático inaugurado em 1946 – para se tornar uma concreta realidade”⁷¹.

No dia 23 de janeiro de 1963, com a revogação da emenda parlamentarista, João Goulart reassumia os plenos poderes que a carta de 1946 conferia ao presidente da República. O governo de Goulart prometia acabar com a crise econômico-financeira que havia se instalado no país, pois tinha como carta na manga um Plano de Governo que segundo o presidente, “tinha condições de resolver em profundidade os impasses e as dificuldades enfrentados pelo conjunto da sociedade brasileira. Essa ambiciosa proposta foi denominada de Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico- Social: 1963-1965”.⁷²

O Plano Trienal pretendia combater a inflação a partir de uma política de desenvolvimento, que tinha como meta “retomar as taxas de crescimento do PIB (em torno de 7%) alcançadas durante o período de 1957 a 1961”.⁷³

Diante das ambigüidades e contradições apresentadas pelo Plano Trienal, direita e esquerda se confrontaram mais uma vez. Para os setores sindicais e das organizações

⁷¹ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7.

⁷² *Ibidem*, p. 42.

⁷³ *Ibidem*, p. 44.

políticas nacionalistas e de esquerda o Plano Trienal deixava intactos os lucros do capital estrangeiro e da burguesia nacional, enquanto impunha sacrifícios às classes populares e trabalhadoras. Um fato que causou grande agitação no governo de João Goulart foi o anúncio de que ele iria comprar do governo norte-americano a AMFORP (conjunto de 12 empresas de serviços públicos), sendo que haviam sido feitos cortes nos investimentos públicos e aos subsídios do trigo e do petróleo. Este fato ficou conhecido na imprensa como o “escândalo da AMFORP”, e “transformou-se em grave problema político para a administração de João Goulart”.⁷⁴

A partir de meados de 1963, “O Estado de São Paulo” iniciou uma série de editoriais sob o título geral “A subversão em marcha”, que denunciava o avanço de uma frente de esquerda, a queda do poder aquisitivo ocasionado pelo alto custo de vida e a intranquilidade nos meios trabalhistas ocasionada pelas frequentes greves. Neste mesmo ano começaram as conspirações contra o governo João Goulart, nas quais tomaram parte os diretores do periódico.

O governo de Goulart estava caminhando para seu final, assistia-se uma radicalização dos setores da direita e da esquerda. No fim de 1963, o Plano Trienal era reconhecido por todos como um grande fracasso. Ao contrário do que propunha inicialmente finalizou com uma acentuada aceleração da inflação e sem nenhuma forma de crescimento.

As Reformas de Base (Agrária, Bancária, Administrativa, Fiscal, Eleitoral, Urbana, etc.) foi outra batalha política que esteve em pauta durante o Governo de João Goulart. “Reconhece-se, no entanto, que a bandeira das Reformas passou a ser empunhada pelo governo, de forma mais enérgica, no período presidencialista, apenas a partir do instante em que se começou a perceber o malogro do Plano Trienal”.⁷⁵

Em 12 de setembro de 1963, ocorreu em Brasília, por motivos eleitorais, um levante de sargentos da Marinha e da Aeronáutica. “No mês seguinte frustrou uma tentativa de instauração do Estado de Sítio”.⁷⁶ E a crise cada vez mais se acentuava trazendo vestígios de golpe eminente.

⁷⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 51.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 53.

⁷⁶ BERATO, Sônia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio – DA Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990, p. 61.

No decorrer de 1963, o país serviu como palco para as “agitações sociais que polarizaram as correntes de pensamento de direita e esquerda em torno da condução da política governamental”.⁷⁷ Em 1964 a situação de instabilidade política agravou-se. Manifestações de apoio e oposição a João Goulart e atos públicos eclodiram por todo o país. 31

Em 13 de março, aconteceu o comício das Reformas em frente à Estação de Ferro Central do Brasil, que reuniu aproximadamente 300 mil trabalhadores em apoio a João Goulart.

Segundo Toledo,

“de fato, 13 de março de 1964 pode ser considerado um marco decisivo na recente história política brasileira. Para grande decepção das esquerdas, o 13 significaria não a emergência de um governo nacionalista, democrático e popular mas, sim, o último ato da chamada ‘democracia populista’. A partir do dia 13 de março – enquanto as esquerdas se dividiam em discussões acerca da composição da frente ampla –, a direita passava inteiramente à ofensiva do movimento sindical”.⁷⁸

Contra o governo, as elites realizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu cerca de 500 mil pessoas. Essa manifestação é considerada “o ápice do movimento de oposição ao governo”.⁷⁹

A partir desses acontecimentos era uma questão de tempo para que se realizasse o golpe. E este foi deflagrado em 31 de março de 1964, por tropas militares lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho. Rapidamente, o movimento golpista passou a contar com a adesão de comandantes militares de outras regiões.

Sem condições de reagir ao golpe, João Goulart “invocou a inutilidade dos gestos heróicos que implicariam no derramamento de sangue inocente. No dia 4 de abril, Jango rumava para o exílio no Uruguai”.⁸⁰

⁷⁷ CÂNCIAN, Renato. *Polarização conduz ao golpe*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 22 de dez. 2009.

⁷⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 99.

⁷⁹ CÂNCIAN, Renato. *Polarização conduz ao golpe*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 22 de dez. 2009.

⁸⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 106.

O jornalista Ruy Mesquita, diretor de “O Estado de São Paulo”, e um dos articuladores do movimento de 1964, afirma que foram

“procurados aqui no ‘Estado’ acho que um ano antes de março de 1964. Por dois oficiais do II Exército – o tenente-coronel Rubens Restel e o major Bozon. Em conversa comigo, diziam que tínhamos de nos articular para enfrentar o golpe que certamente ia ser desferido pelo Jango Goulart. Portanto, era um movimento defensivo contra uma ameaça concreta do regime democrático brasileiro”.⁸¹

Segundo Ruy Mesquita, o jornal não pretendia que ocorresse uma revolução radical,

“nem era revolução na verdadeira acepção do termo, porque era apenas um golpe para deter o golpe que se preparava. Era em defesa da democracia, com um programa do primeiro presidente militar, o marechal Castello Branco, e que ele não conseguiu executar. Programa que previa um prazo ‘revolucionário’, de ‘limpeza’ do cenário-político, com cassações de direitos políticos, de menos de dois meses. Ele estabelecia que o mandato de Castello Branco seria o resto do tempo do mandato de Jango. Mantinha-se o calendário eleitoral e o poder seria devolvido ao civil eleito”.⁸²

O jornal tinha como preocupações o comunismo e a continuação do varguismo, por estes motivos apoiou o movimento militar de 1964. Ruy afirma que, seu pai Júlio de Mesquita Filho via João Goulart como herdeiro de Getúlio Vargas, e por ter acompanhado a ditadura Vargas, temia que ela se repetisse com Jango. Segundo o jornalista, “o medo de meu pai era que Jango Goulart, com as limitações que Deus lhe deu – de cultura, de tino político, de competência política – também acreditasse que a maré montante do comunismo ia resultar no domínio total do mundo”.⁸³

A deposição de João Goulart causou euforia na direção do jornal, cujos editoriais elogiavam o movimento militar. Anterior ao golpe Júlio de Mesquita Filho havia redigido um documento chamado “Roteiro de Evolução” e foi a aceitação das teses contidas neste roteiro, que ocasionaram a aproximação de Júlio com o poder.

⁸¹ PEREIRA, Antônio Carlos; MAYRINK, José Maria. *Derrotados escrevem a história*. Disponível em : <http://www.estadao.com.br/1964/pg9.htm>. Acesso em: 23 abr. 2005.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ *Ibidem*.

- Janeiro de 1963 – Jânio Quadros assume a Presidência em 31 de janeiro;
- Agosto de 1963 – Jânio condecora Fidel Castro e Guevara com a ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em 19 de agosto; em 25 de agosto Jânio renuncia, João Goulart estava na China em visita oficial;
- Setembro de 1961 – João Goulart toma posse como Presidente, em 7 de setembro, mas seus poderes são reduzidos sob o parlamentarismo;
- Janeiro de 1963 – Plebiscito derruba o sistema parlamentar e Jango adquire plenos poderes como presidente em 6 de janeiro;
- Março de 1964 – primeiro movimento do golpe: tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho saem de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro em 31 de março;
- Abril de 1964 – Jango se exila no Uruguai. Em 2 de abril o presidente da Câmara Ranieri Mazzilli assume a Presidência; em 15 de abril Castelo Branco é o nome eleito por consenso para concluir o mandato de Goulart.

Mesmo em meio a crise política a imprensa escrita achou uma maneira de usar o humor, para promover o riso e como meio de manipulação dos seus leitores. A caricatura foi um dos meios utilizados por ela para que isso ocorresse.

2.6 – O Regime Militar

“Na madrugada do dia 2 de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, era empossado como presidente da República. Poucas horas depois, estando João Goulart ainda em território nacional, o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, através de um telegrama, saudava calorosamente o novo governo brasileiro”.⁸⁴

Os diretores do “O Estado de São Paulo” consideravam que ao assumir o poder, os militares deveriam primeiramente designar um presidente da República ou um chefe

⁸⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 106.

do governo revolucionário. O fato de Ranieri Mazzilli assumir a presidência não agradou a direção do jornal. 34

Em 9 de abril de 1964, foi promulgado o Ato Institucional nº 1 que recebeu apoio do periódico, assim como as primeiras cassações feita pelo governo Castelo Branco. Preocupado em consolidar a vitória do movimento militar, “O Estado de São Paulo” aplaudiu as medidas governamentais, encampando a necessidade de prorrogação do AI-1. Entretanto, com relação à prorrogação do mandato de Castelo Branco, ao Estatuto da terra e a concessão do direito de voto aos analfabetos, o jornal se opôs.

O jornal apoiou em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 que atribuiu poderes ao presidente da República para cassar mandatos e suspender direitos políticos.

A partir de 1966, “O Estado de São Paulo” começou a mudar de posição, publicando editoriais pessimistas quanto à evolução política nacional. Em julho desse mesmo ano, o periódico mobilizou-se para combater o plano do governo de Reforma da Constituição.

O periódico apoiou a eleição indireta do general Artur da Costa e Silva para a presidência da República, em 3 de outubro de 1966. Ele se manteve em posição ambígua em relação ao governo Costa e Silva, de um lado, depositava grandes esperanças no período político-administrativo que se iniciava, e por outro, preocupava-se com a expansão do militarismo. Nesse governo houve o crescimento das manifestações contra a ditadura, apesar da repressão violenta.

Em 1968, “O Estado de São Paulo” começou a definir-se mais propriamente como órgão oposicionista. Neste mesmo ano, o jornal imprimiu um editorial analisando a crise política instaurada após a Câmara ter negado permissão às forças armadas para processar o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, que sistematicamente desferia violentos ataques contra os militares. A edição do jornal foi apreendida durante a madrugada, e a partir de então a redação esteve sob censura. Em 13 de dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5, que declarou suspensas as garantias institucionais de vitaliciedade, estabilidade de habeas-corpus, atribuiu ao presidente o poder de intervir nos estados e municípios, reprimir, perseguir as oposições, decretar Estado de Sítio.

“A mídia em peso havia apoiado com entusiasmo a derrubada de Goulart, pela qual havia clamado e para qual havia conspirado”⁸⁵, mas após o Ato Institucional nº 5, onde muitos jornais da grande imprensa sofreram pressões da ditadura, alguns dos jornais que apoiaram o golpe militar de 64, posicionaram-se a favor da abertura política. “Até a época da ditadura militar, o poder da imprensa na História do Brasil era quase monopolista. Ela liderou e comandou os movimentos políticos de maior significação”.⁸⁶

Após a promulgação do AI-5, Costa e Silva passou a se preocupar, pois não queria ficar lembrado na história como o presidente que criou uma lei tão ditatorial como essa. Por esse motivo,

“confiou ao seu vice Pedro Aleixo (que era contrário ao AI-5) a missão de elaborar o anteprojeto de uma nova Constituição para o país. Quando a constituição ficou pronta, Costa e Silva adoeceu e se afastou da Presidência. Uma junta militar assumiu o governo e não permitiu o vice assumi-lo. Declarou extinto o mandato Costa e Silva e indicou Médici como Presidente”.⁸⁷

Durante o governo do general Garrastazu Médici, o jornal manteve-se novamente em posição ambígua. Ao longo de todo o governo de Emílio Médici o periódico permaneceu sob censura prévia, que foi suspensa apenas em abril de 1975.

Depois que o processo de abertura política já estava controlado, isto no governo de Figueiredo, a censura à imprensa foi totalmente suspensa. “No dia 08 de junho de 1978, foi extinta a censura prévia dos jornais ‘Tribuna de Imprensa’ (Rio de Janeiro), e o semanário ‘O Estado de São Paulo’ (São Paulo)”.⁸⁸

⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Mortz (org). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 351.

⁸⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988, p. 37.

⁸⁷ CAVANA, Daniel Dário. *Difusão do Ensino Atual*. São Paulo: Nova Cultura, 2000, p. 338.

⁸⁸ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968 – 1978)*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 220.

CARICATURAS PUBLICADAS PELO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO” DURANTE O GOVERNO DE JOÃO GOULART

O estudo dos gêneros jornalísticos torna-se muito significativo para a compreensão dos discursos empregados pelos jornais. Utard, já dizia da “importância de se conhecer os diferentes gêneros jornalísticos para uma análise mais proveitosa do discurso”.⁸⁹

Portanto, neste capítulo utilizou-se a metodologia da análise comparada das caricaturas utilizadas pelo jornal “O Estado de São Paulo” no período de 1963 e 1964. Selecionou-se cinco imagens de temas diferentes que possibilitaram sua contextualização para análise. Procurando ressaltar o ambiente político que reforça a idéia principal do autor.

3.1 – João Goulart nas Caricaturas

As caricaturas analisadas neste trabalho foram publicadas pelo jornal “O Estado de São Paulo” e tem João Goulart como personagem principal. Mas, para que Jango chegasse a ser personagem principal de várias caricaturas do “O Estado de São Paulo” e de outros jornais não foi uma tarefa fácil, uma vez que ele “não era um tipo humano fácil de caricaturar, não possuía características físicas marcantes, que pudessem ser distorcidas pelos artistas na composição de retrato de fácil identificação e assimilação pelo público”.⁹⁰ A única característica visível de Goulart era que ele mancava de uma perna, mas essa característica não foi utilizada pelos caricaturistas, talvez pelo fato que ao invés de provocar o riso das pessoas, essa deficiência acabaria por provocar um desconforto nelas.

⁸⁹ UTARD, Jean Michel. O embaralhamento nos gêneros do discurso como conceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiática. In: *Revista de Comunicação e Espaço Público*. UNB - Faculdade de Comunicação.

⁹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 43.

Como afirma Rodrigo Patto, “o único traço físico realçado e exagerado nas caricaturas de Jango é uma calvície incipiente”.⁹¹ A maioria dos caricaturistas o representavam com poucos cabelos e, às vezes levemente ondulados, no topo da cabeça. 37



Caricaturas de João Goulart.

Como citado acima, Goulart não era uma pessoa fácil de ser caricaturada, por isso alguns artistas tentaram colocar nas caricaturas alguns traços de seu comportamento, “como certo retraimento e timidez, associados à amabilidade”.⁹² Afirmava-se que João Goulart dificilmente olhava as pessoas nos olhos, enquanto falava, preferia olhar para o chão, ou fixar o olhar em algum objeto. Por causa dessas características, em muitas caricaturas ele é representado de olhos fechados, olhando para baixo e com sorriso tímido.

“Essa personalidade tímida, que alguns explicavam como fruto da modéstia, combinava-se com malícia política e talento para negociação. Dessa malícia atribuída a Goulart derivam muitos dos ataques que recebeu, parte deles retratando-o como homem sem escrúpulos na busca de seus objetivos”.⁹³

Segundo Patto,

“a proeminência da figura de João Goulart na produção caricatural decorria de seu papel central no desenrolar dos embates políticos da época. Sua ascensão à presidência ajudou a agravar a instabilidade política que caracterizou o regime implantado em 1946, e contribuiu para o acirramento da polarização ideológica. A eclosão dessa crise, que levaria ao golpe de 1964, deveu-se à percepção,

⁹¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 43.

⁹²*Ibidem*, p. 44.

⁹³*Ibidem*, p. 44.

3.2 – Análise da Caricatura 1

A corrupção foi um dos temas mais presentes no debate público em nosso país, durante o governo de Goulart. O retorno da aliança entre o PTB-PSD em seu governo, fez com que seus adversários afirmassem que, “ele era tolerante com a corrupção característica que seria típica de seu grupo político. De acordo com seus adversários, a corrupção seria prática corriqueira na gestão Goulart”.⁹⁵

Neste sentido, por ter estado presente nas discussões políticas relacionadas ao governo de João Goulart, a corrupção foi um dos temas bastante abordados nas caricaturas deste período.



Caricatura 1 Hilde. O Estado de São Paulo, 17.07.63.

Na caricatura 1 temos João Goulart representado como uma criança “pidona”, um delicioso bolo representando a Emenda Constitucional, o PSD que está sendo representado por Amaral Peixoto político filiado ao partido, e uma figura alegórica que foi criada pela caricaturista Hilde para representar o PTB. Nesta figura caricatural do PTB, Hilde misturou símbolos que representam um operário (macacão e ferramentas), com símbolos que representam um empresário (cartola). Através dessa figura a artista tenta mostrar aos leitores que o partido que dizia representar e lutar pelos trabalhadores,

⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 45.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 83.

“acolhia também muitos empresários em seus quadros”.⁹⁶ Segundo Rodrigo Patto, “a cartola é também uma menção às negociatas atribuídas ao PTB, uma indicação de que se trataria de um partido negociista”.⁹⁷

O menino João Goulart está pedindo desesperadamente um delicioso bolo aos dois homens (PSD e PTB), “uma alusão às suas pretensões de reformar a Constituição para viabilizar o programa de reforma”.⁹⁸ Mas, parece que esses dois homens não têm dinheiro ou estão achando o valor do bolo alto, já que ambos parecem estar procurando ou contando o dinheiro em suas carteiras.

Essa caricatura nos leva a duas interpretações, a primeira de que a Constituição não seria fácil de ser conquistada, ou seja, “uma proposta de tramitação complicada no Congresso”.⁹⁹ A segunda interpretação é a de que para obter o tão desejado “bolo” seria necessário pagar um alto preço, ou seja, para que João Goulart conseguisse ter a Reforma da Constituição aprovada pelo Congresso, ele teria que desembolsar uma grande quantia de dinheiro, “uma sugestão implícita de corrupção”.¹⁰⁰

3.3 – Análise da Caricatura 2

O movimento sindical foi outro dos temas que esteve bastante presente nas discussões políticas durante o governo de Goulart, isso se deve a dois importantes fatores, o primeiro foi o notável crescimento pelo qual os sindicatos passaram durante esse período, e o segundo foi que,

“a participação política das lideranças sindicais horrorizava a sensibilidade conservadora, que considerava inaceitável e perigosa a transformação dessas figuras em atores políticos de prestígio. Os temores eram ainda mais intensos graças à percepção de que o presidente Goulart dava cobertura às ações dos sindicalistas, em troca de apoio político”.¹⁰¹

⁹⁶ *Idem*, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 86.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 103.

Neste sentido, devido à desconfiança que várias pessoas sentiam sobre a relação de João Goulart com o movimento sindical, vários artistas utilizaram as caricaturas para denunciar e questionar a legitimidade de sua liderança. 40



Caricatura 2 Hilde. O Estado de São Paulo, 05.12.63.

Nessa imagem vê-se João Goulart “jogando/negociando” com o PTB e com mais dois homens. Esses homens estão vestindo camisetas que têm siglas – CGT e PUA – escritas nelas, estas siglas denotam a condições desses homens de sindicalistas. Eles estão jogando em meio a uma penumbra, o que nos leva a pensar que estão em atitude suspeita. “O homem do CGT parece colocar a mão no ombro de Goulart (ou apenas a levanta?), o que seria ato de intimidade e falta de decoro, pois revelaria um contato promíscuo entre um líder sindical e o presidente da República”.¹⁰²

Enquanto João Goulart e seus “companheiros de jogo” estão no fundo da sala, mais a frente temos a figura de um homem vestido com uma faixa escrita Congresso, de costas para os jogadores. Esse homem que está assobiando como se não estivesse vendo nada, está representando o Congresso Nacional.

Com essa caricatura, Hilde quis denunciar que João Goulart fazia “negócios escusos com a esquerda e os sindicatos, ao arrepio do interesse público, ao passo que o Congresso e, por extensão, os partidos políticos estariam se furtando ao dever cívico de fiscalizar e coibir tais abusos”.¹⁰³

¹⁰² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 112.

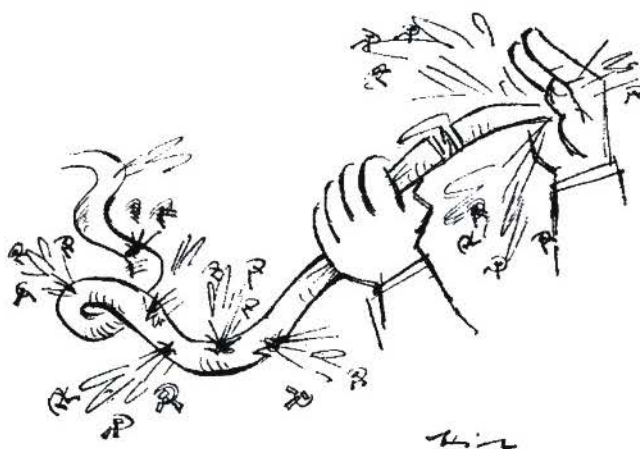
¹⁰³ *Ibidem*.

“Desde os anos 1950, quando estabeleceu sólidas relações com líderes sindicais e foi apoiado pelo PCB como candidato a vice-presidente (1955 e 1960), Goulart começou a ser atacado a partir do viés anticomunista”.¹⁰⁴ Após a renúncia de Jânio Quadros os conservadores tentaram impedir a sua posse, e utilizaram como um dos seus principais argumentos, o fato de que João Goulart deixava o caminho livre para os comunistas agirem em nosso país. A medida que a crise no Brasil foi se agravando, “as referências ao perigo vermelho tornaram-se mais intensas e constituíram-se no ponto da campanha contra Goulart”.¹⁰⁵

E foi através das caricaturas, que vários artistas denunciaram os males do comunismo, e como ele estava cada vez mais se infiltrando em nosso país, “diante da inércia das autoridades públicas”.¹⁰⁶

Na caricatura 3, temos a figura de uma mangueira que esta toda furada, cheia de vazamentos, tentado ser inutilmente tapada por uma pessoa que não consegue, pois a mangueira está tão furada que há vazamentos em toda sua extensão.

O conteúdo que não poderia estar vazando da mangueira, e não está sendo contido é representado pelo símbolo do comunismo. O que a figura nos mostra é que o



Caricatura 3 Hilde. O Estado de São Paulo, 14.11.63.

¹⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 157.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 161.

comunismo estava cada vez mais se infiltrando em nosso país, e o governo – João Goulart – estava fazendo praticamente nada para impedir que isso acontecesse, ou seja, era necessário que João Goulart tomasse medidas mais drásticas em relação a infiltração do comunismo em nosso país.

3.5 – Análise das Caricaturas 4 e 5

João Goulart era visto por diversas pessoas, como um líder esperto, manipulador, malicioso, que utilizava de trapaças, demagogia e oportunismo, para alcançar as suas metas. Algumas críticas colocavam João Goulart, como “um enganador inveterado”¹⁰⁷, segundo outras críticas, o presidente usava de demagogia “para explorar os sentimentos de frustração dos pobres em benefício próprio”.¹⁰⁸

Em várias caricaturas da época, Goulart aparece como um político manipulador, demagogo, oportunista, malicioso, um estrategista eficiente na conquista de suas metas. Através desses adjetivos, vários caricaturistas tentavam mostrar para os leitores que Goulart não passava de um político inescrupuloso, que não media esforços para alcançar seus ideais, e por isso, era indigno de confiança.



Caricatura 4 Hilde. O Estado de São Paulo, 02.06.63.

¹⁰⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 59.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

Na caricatura acima, temos a imagem de João Goulart tentando assustar as pessoas com um fantoche feio, como já afirma o título da caricatura – “BUUU!”. O fantoche que Jango está segurando é a sua própria figura caricaturada como uma mulher feia e assustadora. Essa mulher feia está vestindo um vestido, que tem a palavra crise escrita nele.

Essa caricatura nos leva a pensar que na realidade a crise que se dizia assolar o país, não era tão assustadora quanto o presidente a fazia parecer. “Segundo a imagem, Goulart estaria fomentando um clima de instabilidade e insegurança, tentando assustar a sociedade com o fantasma de uma crise que ele mesmo orquestrara”.¹⁰⁹

Já na caricatura 5, temos a figura de João Goulart parada, escorada em uma escada olhando para um grande armário. Nessa imagem ele parece estar indeciso sem saber o que vai escolher, percebe-se sua indecisão pelo fato de na imagem, ele estar com a mão no queixo.

OPORTUNISMO



Caricatura 5 Biganti. O Estado de São Paulo, 08.03.64.

O armário que está sendo o causador de tanta indecisão guarda os discursos de Goulart. Nele o presidente tem discursos guardados para grupos sociais específicos, vê-se também que esses discursos estão bem guardados, como se não pudessem sumir, ou serem lidos por ninguém além dele próprio, percebe-se isso pelo fato que estão todos

¹⁰⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 63.

trancados no armário e as chaves que podem abri-lo, estão sob a guarda de João Goulart. 44

Com essa caricatura Biganti, quis mostrar para os leitores o quanto “os discursos oportunistas de Jango eram realizados apenas com o intuito de agradar aos interlocutores, sem intenção alguma de serem colocados em prática por ele”.¹¹⁰

Percebe-se, então que o jornal “O Estado de São Paulo” é um jornal que sempre esteve ligado à política, e que tem como uma de suas características importantes a transmissão de informação. E para a transmissão desta informação, encontramos a utilização da caricatura como um veículo com um espaço bem definido no jornal.

¹¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 66.

Após a aplicação de análise dos dados obtidos ao longo desta pesquisa, pôde-se perceber que realmente a imprensa exerceu influência no processo da construção da História do Brasil. E que o jornal teve extrema relevância para a compreensão dos acontecimentos nesse processo. Pois por meio dele o leitor tem oportunidades de informações dos acontecimentos.

A escolha do jornal enquanto documento histórico permitiu captar informações importantes em relação à censura da imprensa no Brasil. Também permitiu olhar a grande imprensa com vários olhares, pois essa não possui somente uma linha de trabalho. Por isto utilizou-se o jornal “O Estado de São Paulo” como documento para esta análise.

É fundamental que se diga que a imprensa utilizou de várias formas para transmitir a informação durante os períodos de agitações políticas pelos quais o nosso país passou. Um deles foi o uso da caricatura, o jornal “O Estado de São Paulo” soube explorar com bastante criatividade deste recurso. Pois nela o riso é arrancado do rosto dos leitores na maneira peculiar que ela tem de informar, criticar, ironizar e opinar sobre os acontecimentos no cenário político.

A caricatura é um desenho que, além de carregar elementos da pintura, contém um texto coerente e coeso. A sua interpretação se dará no momento em que o leitor conseguir entender a relação entre a caricatura, com a matéria vinculada no jornal. E que no caso desta pesquisa ela focalizou acontecimentos ligados a um determinado líder político, João Goulart.

A informação encontrada nas caricaturas é resumida, mas de fácil interpretação. Uma vez que os temas por ela apresentados são muito atuais, mesmo que sejam de 1963 e 1964. Uma vez que ética, corrupção na política são temas que estão presentes em nosso dia-a-dia.

Tudo em nossa vida é conquistado com muita dificuldade e com esta pesquisa não foi diferente. Na busca por informações e referências sobre o tema proposto, percebi que não foi fácil, pois são poucos os livros que abordam o assunto. Muitos

autores falam da caricatura de forma ampla, isto é, dizem que ela, através do humor, irá 46
informar, ironizar certos acontecimentos, mas falar da importância dela como
documento histórico são poucos.

Portanto, essa pesquisa pode ajudar de alguma maneira a quem se interessar
estudar as caricaturas e a sua importância e da imprensa como fontes históricas. Ainda
que tenha sido muito difícil pesquisar sobre o tema, foi gratificante. Novos horizontes
foram abertos no que se refere ao uso da caricatura pelos jornais e sobretudo pelo “O
Estado de São Paulo”.

Essa pesquisa ajudou a entender o abismo que separa as diferentes concepções
de jornalismo ao longo da História do Brasil. Bem como os processos de censura pelos
quais os jornais passaram. Assim eles são fontes importantes para a pesquisa em
história, porque permitem construir uma narrativa sobre os processos sociais, políticos,
econômicos e culturais de uma sociedade.

- ALVES, Kátia Corrêa Peixoto. *Diálogos com a História*. Curitiba: Positivo, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968 – 1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- BELLUCI, Boni. *História do Brasil*. São Paulo: FTD, 1980.
- BELTRÃO, Luiz. Inicialização à filosofia do jornalismo. In: BELTRÃO, Luiz. *A Ilustração e Caricatura*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- BERATO, Sônia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio – DA Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CAVANA, Daniel Dário. *Difusão do Ensino Atual*. São Paulo: Nova Cultura, 2000.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MARTINS, Ana Luíza, DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Pesquisa e ensino. In: *Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

OLIVEIRA, Félix Mariano de. *O Brasil nas músicas de protesto da década de 60*. 48
Monografia, UECE, 2000.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RIBEIRO, Rita de Cássia Souza; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. *A Caricatura na perspectiva da representação documentária*. Artigo, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Mortz (org). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Eliezer Felix de. *A Imprensa como fontes para pesquisa em História e Educação*. Artigo publicado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. A força das imagens na Campanha Civilista: representações em fotografia e caricaturas. In: *Revista Científica da Universidade do Oeste Paulista*. São Paulo: Unoeste, n.1, 2003.

UTARD, Jean Michel. O embaralhamento nos gêneros do discurso como conceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiática. In: *Revista de Comunicação e Espaço Público*. UNB - Faculdade de Comunicação.

Sites

ARRUDA, Roldão. *Júlio de Mesquita Filho, um liberal movido pelo amor ao País*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/a-trajetoria-de-julio-de-mesquita-filho>. Acesso em: 19 de dez. 2009.

CANCIAN, Renato. *Polarização conduz ao golpe*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 22 de dez. 2009.

MAYRINK, José Maria. *Trajetória de um jornalista liberal, Júlio de Mesquita Filho*. 49

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/a-trajetoria-de-julio-de-mesquita-filho>. Acesso em: 10 de dez. 2009.

PEREIRA, Antônio Carlos; MAYRINK, José Maria. *Derrotados escrevem a história*.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/1964/pg9.htm>. Acesso em: 23 abr. 2005.